

Restauração Meiji e as origens do marxismo japonês

Meiji Restoration and the origins of Japanese Marxism

Gustavo Fonseca¹

Resumo

O marxismo chegou no Japão em um contexto conturbado de sua história: quando o fascismo ascendia ao poder com Hirohito, enquanto seu imperialismo se expandia com força nos países ao redor do arquipélago. Com uma população fortemente reprimida por sistemas deliberadamente construídos para isso, o Partido Comunista Japonês toma a dianteira nos estudos que visam libertar seu povo. Apesar disso, uma cisão ocorre dentro dele que cria dois grupos: Rono-ha e Koza-ha, que discutem a respeito da teoria que a Restauração Meiji seria ou não a revolução burguesa do país. Aqui, conterei principalmente com o texto de Germaine A. Houston que norteia esses acontecimentos para introduzir as origens dos pensamentos marxistas no Japão.

Palavras-Chave: Marxismo; Restauração Meiji; Teoria Política

Abstract

Marxism arrived in Japan in a very complicated moment of its history: fascism was ascending through Hirohito and the country's imperialism was getting stronger by the day in the lands around the archipelago. With a population extremely repressed by systems created for that purpose, the Japanese Communist Party was leading the Marxist studies to free its people. A separation within the party happened, though, and two groups were created: Rono-ha and Koza-ha, disagreeing with each other about theorizing whether the Meiji Restoration can be considered the Japanese bourgeois revolution or not. Here, I'll mainly use Germaine A. Houston's paper that guides the history of this theoretical conflict to introduce the origins of Marxism in Japan.

Keywords: Marxism; Meiji Restoration; Political Theory

1 glameirao@id.uff.br

A Restauração Meiji acontece em 1868 no Japão, quando o poder político real volta ao imperador depois de mais de 250 anos de xogunato Tokugawa. Existe um debate acirrado na historiografia marxista japonesa a respeito desse processo: seria ele a revolução burguesa do Japão? Diversos trabalhos foram montados com argumentos pertinentes tanto para o sim quanto para o não, indo desde entender o que Marx e Engels consideravam uma revolução burguesa em suas épocas, passando por comparações com a Revolução Francesa e a Gloriosa, até a tentativa de definir o que seria a burguesia como classe no Japão. O marxismo japonês possui uma complexa história, uma vez que Marx trabalhou extensivamente sobre sua própria região, atentando-se pouco à Ásia em sua totalidade. A discussão principal desse texto serve de parâmetro para compreensão das origens dessa escola de pensamento no país.

Minha pesquisa conta com o texto de Germaine A. Hoston (1991), norteador dessa discussão, que elabora a respeito dos grupos de esquerda criados anteriormente a 2ª Guerra Mundial, Ronno-ha e Koza-ha, além de acrescentar pensamentos de outros historiadores do pós-guerra. Além deste, diversos livros que contam mais detalhes a respeito dos períodos relevantes para os propósitos desse texto, com interpretações e críticas de escritores que conseguiram ir mais a fundo que seus predecessores. Para a parte teórica, evidentemente, contarei com os diversos livros e textos de Marx e Engels, além de obras sobre outros momentos e análises do Japão, mencionadas conforme necessário.

Para contextualizar, é importante explicar brevemente o que foi o antes e depois da Restauração Meiji politicamente. Durante o xogunato Tokugawa (1603-1868), o Japão era dividido no sistema de baku-han, onde cada lote de terra (han) era controlado por um Daimio, os quais eram obrigados a viver alternadamente em seu domínio e na capital, Edo (atual Tóquio), pagando imposto, principalmente em forma de koku (determinada quantidade de arroz) para o Xogum e seu bakufu (o governo) (MASON; CAIGER, 2011). A sociedade era dividida entre samurais, mercadores e camponeses, onde os primeiros se tornam com o tempo uma elite parasitária que já não servia mais nem para “manter a ordem”, como foram originalmente designados, nem para produzir, pois apenas viviam da mesada do governo (HILLSBOROUGH, 2014).

Durante as últimas décadas do xogunato, uma forte crise socioeconômica varria o país, levando fome e miséria para boa parte de sua população, inclusive os samurais de patente mais baixa. Nesse contexto, chega comodoro Perry em 1853, demandando um acordo de comércio com os EUA, a abertura de três portos e o fim do isolacionismo que durou tanto quanto os Tokugawa no poder (KEENE, 2005). Essa pressão no desgastado governo gerou crises internas que culminaram com seu fim nas mãos de poderosos Daimios, de samurais de baixo escalão e burocratas a favor da abertura do país, unidos sob a bandeira da restauração do poder imperial (HILLSBOROUGH, 2014).

A partir desse momento em 1869, uma série de medidas foram tomadas para modernizar o Japão, pautadas em modelos ocidentais, e de maneira a endeusar a figura do Imperador. A Carta de Juramento, entoada por Meiji antes de sua posse em 1868, com caráter extremamente liberal, foi um grande símbolo das mudanças que estavam por vir (KEENE, 2005). As alterações nas leis de taxação de terras, o fim do sistema de han e a introdução das prefeituras, o banimento dos samu-

rais, a permissão de posse individual de terra, entre outras, marcam a complexidade política que foi todo o reinado de Meiji (1868-1912) (KEENE, 2005), com consequências que seriam vistas até pela ascensão do fascismo de Hirohito (1901-1989), na Era Showa (1926-1989) (BIX, 2016).

O marxismo no Japão

Os estudos marxistas entram no Japão por volta de 1900, no contexto em que o país saía vitorioso de uma guerra contra a China (1894-1895), e pouco antes da guerra contra Rússia (1904-1905) começar (TAKEUCHI, 1974). Nesse momento, alguns nomes se destacam com suas primeiras interpretações do que foi importado para o país nipônico, cujos detalhes serão explicitados mais adiante. Inicialmente, há uma onda de anarquismo no país, liderado por pensadores do jornal Heimin[1], periódico focado em ideias revolucionárias, fechado após alguns períodos de publicações, devida à perseguição ao socialismo. Mesmo assim, os líderes mantiveram as atividades acadêmicas, até serem ligados ao atentado contra a vida de Meiji em 1910, quando foram condenados e a proibição do comunismo no país se tornou mais agressiva (KEENE, 2005).

Quase uma década se passa com outros estudiosos adquirindo livros revolucionários e, aos poucos, a teoria marxiana vai amadurecendo e ganhando força, especialmente com a crescente desaprovação do governo Taisho (1912-1926), que viveu sempre em crise socioeconômica, alimentando um ultranacionalismo desacreditado que ajudou a fomentar as ideias de Marx em seus círculos de estudo (WATANABE; TAN, 2013). Além disso, a Revolução Russa (1917) e a criação do Partido Comunista Japonês - mesmo que desbandado logo após sua formação, foi reestabelecido em 1922 dentro da lei - estabeleceram de fato uma escola marxista no país, apesar das grandes repressões que irão sofrer (TAKEUCHI, 1974). Durante o período entre guerras, na década de 1930, os comunistas japoneses buscavam suas próprias teorias e ideias para compreender sua sociedade, gerando inúmeros estudos e interpretações dos trabalhos de Marx e Engels em relação ao Japão. Esse debate foi acirrado pelas teses de 1927, 1931 e 1932 que o Comintern endereçou ao partido, onde a primeira explicitava que era dever deles iniciar uma 'revolução burguesa democrática', e que isso 'rapidamente levaria a uma revolução socialista' (WATANABE; TAN, 2013: p. 288, tradução nossa), enquanto a segunda mudava de 'revolução burguesa democrática' para 'revolução proletária que abraçaria responsabilidades burguesas-democráticas', e a última voltava a repetir a primeira (WATANABE; TAN, 2013: p. 289, tradução nossa). Dessas rápidas mudanças vindas das Internacionais, houve uma cisão entre quem acreditava já ter ocorrido a revolução burguesa e quem não acreditava, marcando as teorias marxistas no país até hoje: o nascimento do Rono-ha e do Koza-ha (HOSTON, 1991).

O Koza-ha[2] é a facção que apoiou a visão do Comintern, ou seja, acreditava que o Japão não possuía uma classe proletária madura o suficiente para realizar uma revolução, nem que houve uma burguesa no passado. No lado contrário, o Rono-ha[3] acreditava que já era hora de uma revolução comunista acontecer no país e acreditava que a Restauração Meiji foi a revolução burguesa que se encaixava nos moldes do Manifesto Comunista (HOSTON, 1991). Ambos produziram diversos trabalhos e teorias defendendo seus pontos de vista dissidentes, contudo, tiveram suas

produções interrompidas durante o auge do fascismo japonês na 2^a Guerra (1937), retornando os estudos apenas após seu fim e a (re)legalização de seus partidos (1945) (WATANABE; TAN, 2013). Para propósitos dessa pesquisa, manterei o foco nesses grupos antes da paralização de suas atividades.

Antes de partir para o tema principal, será detalhado os primeiros desenvolvimentos de ideias marxistas mencionadas anteriormente. Inicialmente, livros foram importados e estudiosos começaram a se manifestar a favor do comunismo, porém, após a vitória japonesa na guerra contra a Rússia, o nacionalismo fervente do governo reprimiu esse movimento, pondo para debaixo dos panos essa escola de pensamento por um tempo (TAKEUCHI, 1974), ou pelo menos até certo ponto. Kotoku Shusui foi um dos líderes do citado Heimin, trazendo para o Japão, no final do séc. XIX, o anarquismo fervente que ele encontrou em suas visitas aos partidos socialistas dos Estados Unidos e da Europa. Ele e sua companheira, Kanno Suga, foram dois dos principais nomes do anarcocomunismo e foram condenados no supracitado atentado ao Imperador Meiji[4] (KEENE, 2005). Em outro momento, quando os primeiros partidos socialistas tentaram surgir no Japão em 1900, mas foram suprimidos, Kotoku entoou que

[S]e [o governo] realmente quiser proibir o socialismo, ele teria que expulsar todos os socialistas do país, queimar todos os documentos relevantes e proibir a importação de livros estrangeiros. Se ele tiver a coragem, o culhão e a habilidade de fazer isso, talvez ele consiga segurar o socialismo por no máximo uma geração. (KEENE, 2005: p. 685, tradução nossa)

Por volta de 1920, Hajime Kawakami, economista, se tornou um dos primeiros grandes nomes do marxismo japonês, porém, seus estudos eram rudimentares: “[Seu] estudo do Marxismo era direcionado pelo seu intelectual interesse na união entre economia e moral e em passar pela oposição entre egoísmo e altruísmo” (TAKEUCHI, 1974: p. 52, tradução nossa). Essa visão, desse modo, não conseguia ver a totalidade dos pensamentos de Marx e Engels, e gerou conflitos e críticas entre seus sucessores. O maior problema de Kawakami era que ele colocava o materialismo histórico como o mundo das ‘coisas’ separado da ‘vida’ do indivíduo, ou seja, seu idealismo (TAKEUCHI, 1974: p. 53, tradução nossa). Aqui, ele falha em compreender que Marx entendia ambos como concomitantes, a vida material molda a ideológica, como a inversão dos pensamentos de Hegel visto em sua Crítica da Filosofia do Direito de Hegel (1884). Assim é o começo dos estudos marxistas em um país que não comprehende sua própria história como materialista, mas sim como uma sociedade que viveu às custas da ideologia da classe dominante, tendo como grande símbolo o Sistema do Imperador (TAKEUCHI, 1974). A partir daqui, as ideias foram amadurecendo junto com a compreensão dos trabalhos de Marx e Engels, e chegam ao ponto teórico confortável com a formação do partido e suas visões que serão apresentadas no próximo seguimento.

A privatização de terras

O grupo Rono-ha, buscando base teórica para defender que a Restauração foi de fato uma revolução burguesa, procurou nos escritos de Marx e Engels uma denominação do que poderia ser

considerado tal processo. O problema dessa procura é que a história do Japão possui diversas peculiaridades que a torna difícil de se comparar com a europeia, especialmente sob um olhar comparativo entre a transição do feudalismo para o capitalismo na Europa e o processo do fim do xogunato (HOSTON, 1991).

Essas diferenças se tornam aparentes também na quantidade de fontes que podem ser usadas como base para os estudos. Enquanto na Europa existiam diversas que detalhavam a vida socioeconômica da população, especialmente por parte dos mosteiros e igrejas, no Japão esse não era o caso, havendo diversas divergências entre o que um diário de um camponês dizia sobre sua vida e o que o Daimio da região reportava para o Xogum. Uma dessas, a principal para um dos argumentos usados por ambos os grupos para defender seus respectivos lados, foi a política da distribuição e taxação de terras, mais especificamente, a comparação entre como era feito no xogunato e como ficou após a Restauração (HOSTON, 1991).

Como dito anteriormente, o Daimio era dono de um lote de terra (han) e pagava imposto ao xogunato, principalmente em forma de koku. Dessa maneira, a agricultura era o setor econômico mais importante para o país (assim como no feudalismo europeu), e isso se manteve após o fim desse sistema, porém, alterou-se para a posse individual de terra (HOSTON, 1991). Acreditou-se que a produção aumentou substancialmente com essa mudança, porém, em estudos mais detalhados, o que se conclui é que o aumento veio pela mudança como eram cobrados os impostos em cima dessa produção: agora, era obrigatório o pagamento em dinheiro sob uma porcentagem específica da produção (NAKAMURA, 1966).

Até então, o habitual era simplesmente mentir a respeito do que foi produzido, pois, quanto menos arroz precisava se pagar para o xogunato, mais sobrava para o comércio. Quem se encarregava da fiscalização eram os samurais do Xogum e dos Daimio, porém, como dito, com o passar do tempo, esses que eram temidos guerreiros, passaram a se satisfazer com a mesada governamental e a lucrar também com essa sobra de arroz, assim como os próprios Daimios, especialmente de hans mais distantes da capital (NAKAMURA, 1966). No início da era Tokugawa, a implementação da obrigatoriedade dos Daimios ficarem ao menos seis meses em Edo antes de retornarem a seus domínios (o sistema baku-han), apesar de ser muito custoso para o governo, ainda era vantajoso, pois mantinha o controle desses lordes, uma vez que estavam cercados com os maiores chefes militares do Japão recém unificado (MASON; CAIGER, 2011). Com o enfraquecimento do xogunato, os Daimios pararam de ir a capital, tornando o controle de suas ações bem mais complicado (KEENE, 2005). É interessante esclarecer que isso ocorre ao longo de mais de 250 anos da Era Tokugawa, com vários outros motivos políticos que não cabem apresentar aqui, sendo os eventos desencadeados pela chegada de Perry como os maiores catalisadores desse enfraquecimento de autoridade.

Desse modo, o que aconteceu com a privatização das terras foi o aumento no acúmulo de capital. Antes, os Daimios eram de famílias ricas e antigas, com seus hans passados de geração em geração, então, não se preocupavam em acumular riquezas, enquanto agora, o indivíduo estava muito mais propenso a isso, pois não possuía garantias de heranças passadas (NAKAMURA, 1966). A distribuição entre quem pagava os impostos e quanto pagavam mudou com a Restauração para ser distribuído entre quem produz mais, quem é o dono nominal da terra e agentes governamentais das

prefeituras, todos centralizados a pagar para o governo, enquanto antes se pagava ao Daimio que repassava para o Xogum (NAKAMURA, 1966).

Desse modo, o que aconteceu com a privatização das terras foi o aumento no acúmulo de capital. Antes, os Daimios eram de famílias ricas e antigas, com seus hans passados de geração em geração, então, não se preocupavam em acumular riquezas, enquanto agora, o indivíduo estava muito mais propenso a isso, pois não possuía garantias de heranças passadas (NAKAMURA, 1966). A distribuição entre quem pagava os impostos e quanto pagavam mudou com a Restauração para ser distribuído entre quem produz mais, quem é o dono nominal da terra e agentes governamentais das prefeituras, todos centralizados a pagar para o governo, enquanto antes se pagava ao Daimio que repassava para o Xogum (NAKAMURA, 1966).

Essas reformas causaram a ‘dissolução da chamada propriedade feudal’ e os esforços de encorajar os empreendimentos capitalistas que estavam sendo feitos sob o xogunato Tokugawa e que Tsushima chamou de ‘estado capitalista’. Na visão de Tsushima, elementos já estavam erodindo o ‘estado feudal’ do xogunato Tokugawa antes da Restauração; e aqueles que argumentavam que a Restauração Meiji deteve essa desintegração estavam ‘negando as leis de desenvolvimento social’ (HOSTON, 1991: p. 562-563, tradução nossa).

Mais ainda, eles argumentaram que a Restauração conseguiu reforçar o sistema feudal de propriedade de terra, mesmo ela passando para a individual (HOSTON, 1991).

Um dos efeitos de todo esse processo é a mudança radical da classe que compõe o Estado japonês. Onde antes quem se sentava nas cadeiras da liderança era a nobreza (descendentes de Daimios poderosos e dos Tokugawa), agora é ocupado por grandes empreendedores; indivíduos que conseguem chegar lá por conquista própria, não por herança (HOSTON, 1991). Com o tempo, no pós-Restauração, os chefes de Estado ao lado do Imperador são donos de redes privadas de ensino (KEENE, 2005), de grandes latifúndios, de zaibatsus[5] etc. (BIX, 2016). O que acontece é que a chamada burguesia estava organizada como classe e no poder, como teoricamente acontece após uma revolução burguesa. Esse era outro argumento dos Rono-ha: mesmo que tenha levado um tempo para se consolidar o Estado burguês, isso acontece graças a Restauração Meiji (HOSTON, 1991).

Imperialismo japonês na teoria de Lênin

Outro ponto de discordância foi a visão do imperialismo japonês em relação à teoria de Lenin. Takahashi Kamekichi trouxe para o debate uma apologia a essa prática, alegando não se encaixar nos moldes do marxista russo, porém, foi fortemente criticado por ambos os grupos no momento. Apesar disso, graças a seus avançados e respeitados trabalhos econômicos e políticos sobre o Japão antes e durante Meiji, teve sua visão parcialmente reconhecida pelos Koza-ha (HOSTON, 1991). Para entender melhor o argumento do grupo e a discordância por parte dos Rono-ha, utilizarei dois exemplos de colônias que foram, pelo menos por um tempo, anexadas ao território do país: Okinawa e Coréia.

O caso do arquipélago Ryukyu[6] é peculiar pois até hoje é parte do Japão, sendo Okinawa o nome de sua prefeitura e a ilha principal do conjunto. O lugar era casa de uma dezena de milhares de pessoas que constituíam um reino que durou mais de milênio, com suas próprias tradições e culturas, sendo um Estado independente que pagava tributo para China para manter seu estilo de vida relativamente isolado de conflitos externos (KERR, 2011). Em certo momento, o han de Satsuma (atual Kagoshima), durante o séc. XVII, envia emissários ao local, onde invadem e passam a também exigir pagamento por proteção, além de estabelecer comércio exclusivo entre ambos, sem autorização do xogunato (HILLSBOROUGH, 2014). Essa relação teve de ser mantida em segredo da China, uma vez que Okinawa era teoricamente um país protetorado chinês (KERR, 2011).

Após a Restauração, homens de Satsuma e Choshu (atual Yamaguchi), as duas principais potências durante a Era Edo (1603-1868), estão juntos do imperador como maiores líderes políticos do país (KEENE, 2005). Assim, utilizando-se dos tributos pagos e de mitologia como justificativa, anexam Okinawa e a transforma em uma prefeitura, trazendo o antigo rei para Tóquio, acabando com a monarquia local e suprimindo qualquer expressão cultural que não seja nos conformes do governo imperial (KERR, 2011). Apesar do tamanho e falta de força econômica, o arquipélago foi forçado a tomar parte no capitalismo desenfreado que estava sendo implementado pelo regime, servindo principalmente de mão de obra e, posteriormente, como local descartável, se for pelo bem do resto do país (BIX, 2016).

Inicialmente, é difícil definir a relevância do arquipélago quando se vê o panorama geral do que foi o imperialismo japonês, porém, aqui é possível ver o que será aplicado em larga escala posteriormente, e o quão indefesos esses povos estavam perante as ilhas principais. Exemplo disso é a situação dos trabalhos forçados, onde os moradores eram incentivados a deixar a prefeitura de Okinawa e se dirigir a algum outro país aliado ao Japão para fomentar a economia (KERR, 2011). Esse “incentivo” era a contratação de habitantes para trabalhar em situações extremamente precárias em agriculturas ou minas, algo que acontecia principalmente aos povos menos favorecidos da Ásia como um todo, os chamados coolies (YANG, 1977). O maquinário ideológico racista também fazia sua presença aqui, como será visto nos outros casos de expansionismo, pois consideravam qualquer asiático fora das quatro ilhas principais como os de sangue impuro (FEIFER, 2000).

A anexação da Coréia ocorre durante muito tempo, começando com a invasão japonesa em 1876, situação análoga ao que os japoneses sofreram com Perry, exigindo a abertura de cinco portos para a península que até então estava fechada para o mundo (KEENE, 2005). Depois disso, duas guerras são travadas em território coreano: contra a China e outra contra a Rússia. Na primeira, o discurso japonês era de ‘proteger a independência da Coréia’ (KEENE, 2005: p. 484, tradução nossa), na segunda, era ‘proteger a integridade territorial coreana’ (KEENE, 2005: p. 638, tradução nossa). Esse jogo de palavras mostra a mudança de intenção do governo imperial que gradualmente injeta seu poder de cima para baixo no país, até que, em 1910, ele se torna oficialmente parte do território do Japão (VISENTINI, 2018).

Dentre as muitas maneiras de dominação gradual impostas pelo Japão, está o controle dos aparatos governamentais, que começam com o monopólio econômico e desenvolvimento industrial (KEENE, 2011). Economicamente, a colônia se desenvolve aproveitando dos aparatos indus-

triais e de infraestrutura erguidos pelos japoneses, que consegue aumentar efetivamente a produção de alimentos e incentivar a indústria local. Com isso, apesar de contraintuitivo, a Coreia colhe mais os frutos do colonialismo do que o próprio Japão, que acaba não percebendo ganhos significativos em sua economia (KIMURA, 1995). Contudo, inicialmente, a efetividade e eficiência japonesa consegue em poucos meses enraizar-se em todas as partes do governo coreano, efetivamente anexando em todos os sentidos o território, gerando um novo escoamento de produção, gerador de matéria prima e possibilidades estratégicas para a continuidade da expansão pela Ásia (KEENE, 2005).

Com tudo isso em mente, assim como Lenin ([1917] 2021), começarei a pontuar sua teoria através da utilização dos bancos. Como ele explica, o imperialismo pode ser entendido como consequência direta da criação de monopólios, tendo o banco como principal investidor desses empreendimentos (Lenin [1917], 2021). Uma ênfase a ser feita sobre o capitalismo de Meiji é que ele foi extremamente acelerado, pulando fases de desenvolvimento e chegando já na criação do Banco do Japão, que monopoliza as transações nacionais e internacionais, e é a primeira medida que o governo imperial impõe tanto na Coréia (antes mesmo de se tornar colônia) quanto em Okinawa: todo o comércio iria passar por esse banco (KEENE, 2005).

Um aspecto que Lenin não entra a fundo em seu livro é o político, por motivos do contexto em que foi escrito, tornando a dominação japonesa difícil de integrar nos padrões leninistas justamente por terem sido feitas muito mais através de pressão política do que econômica ou até mesmo militar (KEENE, 2005). A política de gradualismo sancionada pelo político mais importante atrás de Meiji, Ito Hirobumi, impediu o país de ir à guerra contra a Coréia diretamente, rompendo com outros membros do governo que defendiam a seu favor, como Saigo Takamori e seus samurais de Satsuma (HILLSBOROUGH, 2014). Desse mesmo modo gradual, o processo de anexação de Okinawa começa no fim do período da Restauração, em 1869 e só é concretizada em 1879, sem derramamento de sangue, quando o rei é trazido a Tóquio (KERR, 2011), e o da Coréia começa em 1876 e termina em 1910, com guerras que não só não eram contra o país em questão, mas tinham como um dos objetivos defendê-lo de potências maiores (KEENE, 2005). Essas questões tornam a complexidade da situação e seu encaixe no conceito do revolucionário russo ainda mais difícil.

Apesar dessas considerações, o ponto principal da discussão entre Rono-ha e Koza-ha ainda é a revolução burguesa, então, qual a relação disso com o tema? Koza-ha usou os argumentos de Takahashi não para desculpar o Japão de suas atrocidades cometidas nas colônias, mas como forma de apontar outra falha na teoria que os levaria a conclusão de que não há um Estado propriamente burguês, mas sim basicamente absolutista no país (HOSTON, 1991). Porém, na prática, o que acontecia aqui mais uma vez beneficiava a burguesia japonesa mais do que qualquer outra classe do país, com, por exemplo, a grande venda e produção de produtos agrícolas realizadas na Coréia nos anos imediatamente posteriores a anexação. Com todo o controle nas mãos dos grandes latifundiários, que agora eram do setor privado, os lucros vindos da agricultura aumentaram junto com a extensão do controle japonês na península (KIMURA, 1995). Em Okinawa, os principais intermediários de contratos dos coolies eram comerciantes ou antigos nobres e samurais que recebiam parte do que era acordado (KERR, 2011).

Mesmo que no topo de toda essa estrutura estava um imperador, na maioria das vezes, Meiji não se interessava pelo futuro dos países anexados, tanto quanto se interessava pelo destino de suas nobrezas e famílias reais, tornando suas decisões nesses assuntos praticamente irrelevantes (KEENE, 2005). A maior parte do que aconteceu na Coréia e em Okinawa veio do lobby de políticos dentro do governo (HILLSBOROUGH, 2014) e sentimentos cada vez mais xenofóbicos provindos de uma série de esnobadas vindas da Europa, especialmente da Inglaterra (KEENE, 2005). De um jeito ou de outro, é inegável a participação das grandes empresas, dos zaibatsus e dos grandes latifundiários nas empreitadas imperialistas, todas do setor privado, sob proteção estatal (KIMURA, 1995). A crítica de Lenin a Kautsky no livro, apesar de muito dura para o que acontece aqui, resume o que deve ser dito sobre toda a análise japonesa feita na época:

Tanto a análise teórica quanto a crítica econômica e política do imperialismo [...] encontram-se inteiramente impregnadas de um espírito absolutamente incompatível com o marxismo, de um espírito que oculta e lima as contradições mais basilares, de um empenho em manter a todo custo a unidade em desintegração com o oportunismo do movimento operário [...] (LENIN, [1917] 2021: p. 148)

Estado absolutista burguês

Existe uma grande complicaçāo em relação ao tipo de governo que existe no Japão após a Restauração, com o Koza-ha argumentando que se torna uma instituição iliberal e o Rono-ha defendendo o contrário (HOSTON, 1991). Primeiramente, é importante definir política e materialmente o que esse Estado se torna, especialmente após a constituição de 1889, com o nascimento do peculiar Sistema do Imperador (TAKEUCHI, 1974), que se difere intrinsecamente da monarquia parlamentar da Inglaterra (comparação essa que não será feita aqui, mas é interessante deixar registrada).

A constituição de 1889 traz consigo a ideia de democracia monárquica, com o Imperador no centro do poder político (KEENE, 2005). É importante ressaltar que ele está no centro, e não concentra todo o poder para si, pois a constituição inteligentemente retira dele qualquer culpa de decisões erradas, mas enaltece sua divindade com as ditas acertadas. Ela coloca uma série de pessoas ‘encarregadas de cumprir as ordens reais’, as quais são ‘falhas e corrompíveis’ diferentemente do descendente da deusa do Sol (TAKEUCHI, 1974). Esses entraves que impedem a humanização do Imperador mais tarde foram usados por Hirohito em seu kokutai, um perigoso conceito baseado na Carta de Juramentos de Meiji que justificava o imperialismo e fascismo japonês durante a 2^a Guerra Mundial (BIX, 2016). Também foi usado para prender os membros do e tornar ilegal o Partido Comunista Japonês, oficialmente em 1937, porém com incidentes pontuais desde o levante nos destroços de Tóquio após o terremoto de 1924 (BIX, 2016). Esse é o chamado Sistema do Imperador: o Imperador reina supremo, um ser divino, intocável, tomando as rédeas dos rumos do país, enquanto as pessoas, seus súditos, devem toda sua lealdade e vida a ele. Prova maior da eficiência desse sistema é o fato do imperador Meiji ter sofrido apenas um atentado a sua vida, o citado anteriormente, diferentemente de qualquer outra monarquia europeia ou chinesa (KEENE, 2005).

As consequências desse maquinário ideológico é uma nação que viveu oprimida por questionar e extremamente censurada por qualquer pensamento fora da caixa, ou seja, um terreno fértil para um capitalismo do mais brutal ser semeado (TAKEUCHI, 1974). Durante os movimentos vitoriosos de guerra do Japão, começando com Meiji no fim dos anos de 1890, até Showa no início da 2^a Guerra, o governo japonês conseguiu impor com grande êxito esse sistema, especialmente graças as alianças com países europeus e EUA, que guiaram o desenvolvimento industrial do país (BIX, 2016). O grande crescimento econômico[7] advindo das guerras e da exploração da própria população deu à luz um Estado consolidado capitalista burguês, que investe em proprietários privados, indústrias e no setor bélico, com uma classe proletária reprimida pelo maquinário ideológico e material. Esse era o cenário que Rono-ha e Koza-ha queriam mudar com uma revolução comunista, e daí vem o ímpeto do primeiro grupo de não querer que ela seja em duas etapas como o Comintern dizia; e do segundo de que seja como a Internacional dizia, já que eles foram vitoriosos e saberiam o que fazer (HOSTON, 1991).

Na interpretação marxista leninista, o Estado é um instrumento da classe dominante para diminuir o confronto de classes o suficiente para que o status quo de dominação seja mantido (LENIN, [1917] 2017). Nesse sentido, claramente a classe que mais se beneficia do Sistema Imperial é a burguesa, uma vez que o acúmulo de capital nunca foi tão grande, a expansão para os países colônia gera enorme lucro, assim como a exploração do trabalhador japonês periféricos – habitantes de prefeituras que dificultaram o processo da Restauração ou de menor importância econômica, como Okinawa (KERR, 2011). É seguro dizer que, mesmo que a Restauração não tenha sido o ponto de inflexão que a torne uma propriamente dita revolução burguesa, suas consequências colocaram-na no poder.

Contudo, mesmo nesse ponto, Rono-ha e Koza-ha discordavam, pois a maneira absolutista como o Estado japonês operava, com o Imperador (Hirohito, nessa época) sendo o líder maior da nação, podendo tomar qualquer decisão sem repreensão, colocava em xeque os modelos burgueses pregados pela Revolução Francesa e praticados após a Gloriosa, ou seja, a democracia, mesmo havendo um monarca no centro (HOSTON, 1991). Esse aspecto contribui para o argumento do segundo grupo de que a Restauração pode ter sido uma revolução socioeconômica para a burguesia, mas não política, o que a desqualificava como revolução por não romper completamente com o que veio anteriormente (HOSTON, 1991).

A questão aqui é que ambos eram produtos de sua época e não poderiam saber o que estava por vir com o nazismo e fascismo europeu, que chegaria ao Japão logo depois, que colocou em pauta a discussão de para onde o liberalismo extremo poderia levar. Um outro problema desses grupos foi prenderem-se fortemente aos escritos originais de Marx e Engels, levando a uma ortodoxia que não poderia ser aplicada com exatidão na história de seu país (HOSTON, 1991). Porém, o próprio Engels classifica esse tipo de interpretação como um socialismo utópico: “[...] tudo não saía do terreno da utopia. Para fazer do socialismo uma ciência, era necessário antes de tudo colocá-lo nos seus termos realmente possíveis” (ENGELS, [1880] 2010: p. 63). Apesar do contexto desse trecho ser a crítica do autor ao socialismo de filósofos franceses anteriores a seu tempo, ele se encaixa aqui pois os teóricos marxistas japoneses do pré-guerra pareciam fazer o mesmo.

Conclusão

Há muito a ser dito e discutido tanto a respeito do marxismo no Japão, inclusive atualmente, quanto sobre a questão da revolução burguesa nesse país, porém, aqui me ative apenas a introduzir esses assuntos que estão interligados quando se trata de suas origens. Infelizmente, não consegui apurar exatamente quais obras de Marx e Engels estavam em circulação e foram traduzidas para o japonês na época, então, creio haver uma lacuna nesse sentido na hora de descobrir a origem dessa ortodoxia menciona. De qualquer modo, complexos motivos históricos, como o Sistema Imperial, fizeram com que as interpretações marxianas japoneses possuíssem esse teor mais ideal do que material, ao menos em seu início.

Marx e Engels não escreveram dogmas, nem bíblias, eles escreveram teorias históricas, aplicáveis universalmente, mas com suas particularidades locais. Elas são perfeitamente cabíveis no Japão, a meu ver, já que se trata de uma sociedade dividida em classes, exploradora de si mesma e burguesa, mesmo que tenha suas inúmeras particularidades. Acredito também que a Restauração Meiji pode sim ser considerada uma revolução burguesa, mesmo que seus efeitos tenham sido sentidos apenas décadas mais tarde, porém, ambas são teses para outro momento. Para finalizar, utilizarei um trecho do texto usado ao longo dessa pesquisa, do filósofo japonês Yoshitomo Takeuchi (1974), que resume o que penso sobre esse marxismo dogmático discutido ao longo dessa pesquisa:

É claro, obviamente, como uma sociedade capitalista, a sociedade Japonesa é uma sociedade de classe, e que o sistema de classe precisa ser posto em questão. Mas, se alguém reitera os processos econômicos, e interpreta eles imediatamente como relações de classe, esse alguém esquece o significado antropológico dos conceitos de “forças produtivas”, “relações de produção”, e “modos de produção”, e perde de vista o fato que a essência do marxismo está no homem e sua alienação, e que materialismo histórico e a crítica da economia política são desenvolvimentos científicos disso. (TAKEUCHI, 1974, p. 67-68, tradução nossa)

Referências bibliográficas

- BIX, Herbert P. **Hirohito and the making of modern Japan**. New York: Perennial, 2016.
- ENGELS, Fredrich [1880]. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**, Edipro, 2010.
- HILLSBOROUGH, Romulus. **Samurai revolution: The dawn of modern Japan seen through the eyes of the Shogun's last samurai**. Tuttle Publishing, 2014.
- HOSTON, Germaine A. Conceptualizing Bourgeois Revolution: The Prewar Japanese Left and the Meiji Restoration. In: **Comparative Studies in Society and History**, vol. 33, no. 3, Cambridge University Press, p. 539–581, 1991.
- KEENE, Donald. **Emperor of Japan: Meiji and his world, 1852–1912**. Columbia University Press, 2005.
- KIMURA, M. The Economics of Japanese Imperialism in Korea, 1910-1939. **The Economic History Review** 48 (3), new series, 555-574, 1995.
- KERR, George H. **Okinawa: The history of an island people**. Tuttle Publishing, 2011.
- LENIN, Vladimir [1917]. **Democracia e Luta de Classes**. Editora Boitempo, 2019.

- LENIN, Vladimir [1917]. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo.** Boitempo Editorial, 2021.
- LENIN, Vladimir [1916]. **O Estado e a Revolução.** Editora Boitempo, 2017.
- MARX, Karl & Friedrich Engels [1867]. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas.** Boitempo editorial, 2015.
- MARX, Karl & Friedrich Engels [1848]. **Manifesto comunista.** Boitempo Editorial, 2015.
- MARX, Karl [1844]. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** Boitempo Editorial, 2015.
- MASAO Watanabe & XIAOJUN Tan. Major Schools of Marxist Economics in Japan: History and Contemporary Development. In: **World Review of Political Economy**, vol. 4, no. 3, Pluto Journals. p. 288–299, 2013.
- MASON, Richard & JOHN Godwin Caiger. **History of Japan: Revised Edition.** Tuttle Publishing, 2011.
- NAKAMURA, James I. Meiji Land Reform, Redistribution of Income, and Saving from Agriculture. In: **Economic Development and Cultural Change**, vol. 14, no. 4, University of Chicago Press, p. 428–439, 1966.
- TAKEUCHI, Yoshimoto. MARXISM IN JAPAN. In: **Revue Internationale de Philosophie** 28, no. 107/108 (1/2), p. 49–68, 1974.
- VISENTINI, P. G. F., Pereira, A. D., & Melchionna, H. H. **A Revolução Coreana: o desconhecido socialismo Zuche.** SciELO-Editora UNESP, 2018.
- YANG, A. C. Y. O Comércio dos “COOLIE” [1819-1920]. **Revista de História**, (112), 419-428, 1977.

-
- [1] 平民 - literalmente, pessoas comuns
- [2] 講座派 – literalmente, grupo dos palestrantes.
- [3] 労農派 – literalmente, grupo dos trabalhadores e do campo
- [4] Donald Keene ressalta que Kotaro era contra o atentado e foi condenado injustamente, apenas pela sua ligação com o jornal e por ter ‘trazido as sementes das ideias’ que levariam ao ocorrido (KEENE, 2005: 692)
- [5] 財閥 – grandes empresas que obtiveram investimento estatal para se expandir durante o agressivo desenvolvimento capitalista das eras Meiji, Taisho e Showa (1869-1989)
- [6] Conjunto de ilhas localizada ao sul de Kyushu, antes das Filipinas
- [7] Esse crescimento só vale para os grandes empreendedores, como os donos de zaibatsus, pois a população continua na miséria. Apenas após a guerra, até o fim do século XX, que essa população se beneficia do crescimento econômico, apesar da crise que viria nos anos 2000.